

RO 1027-54.2010.5.03.0100 – Publicação: DEJT 24.02.2011

DANO MORAL COLETIVO. O reconhecimento do dano moral coletivo (e a possibilidade de sua reparação) **tem respaldo constitucional** (art. 5º, X, da Constituição Federal) **e é tutelado pela Lei 6.938/1981, da Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei 8.078/1990, do Código de Defesa do Consumidor, e pela Lei 7.347/1985, da Ação Civil Pública.** Comprovado dano ao exercício da liberdade sindical, diante da prática, pela Ré, de **conduta antissindical**, deve ser confirmada a condenação ao pagamento da indenização por danos morais coletivos, na forma imposta pelo Juízo de origem.